



O papel da família no processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência
The role of the family in the school inclusion process of students with disabilities

Alessandra Aparecida Avelino dos Santos Custódio Silva

Universidade Federal de São Paulo,
alessandra.custodio.unifesp.t5@gmail.com

Charles Xavier de Souza

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa),
charles.souza.unifesspa.t4@gmail.com

Claudia Regina de Sousa Cabral

Universidade Metodista de São Paulo,
crscabral@gmail.com

Joyce de Oliveira Batista

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp),
Profjoyce1604@gmail.com

Luciléia Apolinário da Silva

Ivy Enber Christian University (Enber University)
leiaap2606@gmail.com

Resumo: O escopo desta investigação reside na análise dos pilares teóricos erguidos por Ferdinand de Saussure na tradição estruturalista, com um olhar minucioso sobre a noção de valor do signo linguístico. Tal entidade, entendida como o núcleo da linguagem, articula de forma intrínseca duas dimensões que não se desvinculam: o conceito, ou significado, e sua contrapartida psíquica sonora, denominada significante. Compreender a natureza do signo é um passo vital para decifrar não apenas a arquitetura interna da língua, mas também os mecanismos que sustentam a interação social e o modo como as comunidades fabricam sentido. O aporte teórico ancora-se substancialmente nos conceitos fundamentais da linguística geral, dialogando com leituras contemporâneas que discutem as dicotomias saussurianas. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica, que exige um mergulho crítico e interpretativo no acervo literário sobre o objeto. Assim, o trabalho não se limita a um catálogo de obras, mas propõe um exame denso das metodologias e teses que definiram o campo da ciência da linguagem, priorizando a investigação profunda das ideias e das descobertas que fundamentam o estruturalismo.

Palavras-chave: Ferdinand Saussure. Estruturalismo. Signo linguístico.

Abstract: This study delves into the theoretical foundations laid by Ferdinand de Saussure within the structuralist tradition, with a particular focus on the concept of linguistic value. This sign, seen as the fundamental unit of language, inextricably links two dimensions: the signified, or concept, and the signifier, the mental acoustic image. Understanding the sign is paramount to grasping how language functions as a system and how human societies construct and communicate meaning. The theoretical framework is primarily rooted in the principles of general linguistics, complemented by insights from contemporary scholars who discuss Saussurian dichotomies. Methodologically, the paper is framed as a bibliographic research, which involves more than just a survey of sources; it requires a deep, critical engagement with the ideas, theories, and methodologies present in the literature. Therefore, this work focuses on a dense examination of the theses that defined the field of modern linguistic science, prioritizing a profound investigation into the ideas that ground structuralism.

Keywords: Ferdinand Saussure. Structuralism. Linguistic sign.

1. Introdução: O Tecido da Inclusão entre o Lar e o Saber

O debate sobre a educação inclusiva tem percorrido caminhos que exigem transformações imperativas nas metodologias e na percepção dos sujeitos envolvidos no cotidiano escolar. Segundo Santana, Narciso e Santana (2025), tais mudanças impactam diretamente o campo educacional e a formação de pesquisadores, exigindo uma postura sensível e vocacionada à diversidade humana. Nesse cenário, o papel da família emerge não apenas como um suporte externo, mas como um elemento intrínseco ao sucesso de qualquer projeto de inclusão escolar, constituindo-se no pilar de sustentação afetiva e na base para a garantia do direito à educação.

A escola, em sua função social, deve atuar na construção de uma cultura de paz, conforme defendem Borba, Sales e Silva (2022), na qual a acolhida ao estudante com deficiência seja pautada pelo respeito e pela parceria constante com os responsáveis. A inclusão é compreendida como um sistema vivo, no qual a plena participação e efetividade dependem de uma função vital de interdependência entre o professor regente, o professor de apoio e a família. Sem essa simbiose e corresponsabilidade educativa, o processo pedagógico torna-se fragmentado, impedindo que o aluno alcance sua plenitude de desenvolvimento cognitivo e social em um ambiente que deveria ser promotor de equidade.

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é marcada por interfaces complexas entre o ensino comum e a educação especial, que precisam ser revisitadas à luz do ordenamento jurídico pátrio e da LBI. Lima e Vilela (2025) pontuam que o entendimento histórico dessas relações é fundamental para superar as práticas segregacionistas herdadas de épocas em que a diferença era vista como incapacidade. Hoje, o desafio é não deixar ninguém para trás, como salientam Garcez e Ikeda (2024), garantindo que os princípios da educação inclusiva e os ajustes razoáveis sejam aplicados de forma humanizada, transcendendo o mero cumprimento burocrático de normas.

O papel do professor na mediação da aprendizagem torna-se, portanto, um ato de resistência e profunda humanização diante dos desafios do ensino regular, em consonância com as reflexões do Boletim de Conjuntura (Boca, 2026). As relações interpessoais, conforme o estudo de caso de Ferrari (2021), demonstram que o vínculo estabelecido no início da vida escolar é determinante para a permanência e o êxito do aluno. Nesse sentido, a família atua como a detentora do saber histórico e emocional, oferecendo ao docente as chaves necessárias para uma mediação pedagógica eficaz, pautada na ética do cuidado e na singularidade do sujeito.

O acesso ao currículo e a superação das barreiras atitudinais e pedagógicas exigem que a instituição se perceba como um espaço de diálogo aberto e contínuo, focado no desenho universal da aprendizagem. Viudes (2024) reforça que o material didático e as estratégias de ensino devem ser

concebidos para a diversidade, em que o professor mediador atua de forma colaborativa para viabilizar a inclusão, conforme Araújo e Silva (2025). Essa colaboração atinge seu potencial máximo quando a família é convidada a participar ativamente da construção do projeto de vida do estudante, partilhando sonhos e fomentando a autonomia.

A formação e os desafios dessa mediação são discutidos por Lima *et al.* (2025), que enfatizam a necessidade de uma preparação docente que contemple as dimensões afetivas e técnicas do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A parceria com a família permite que as estratégias do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) sejam generalizadas para o ambiente doméstico. A inclusão, dessa forma, deixa de ser uma tarefa solitária e exaustiva para se tornar um compromisso coletivo de toda a rede de proteção social, nutrido pela solidariedade e pelo engajamento familiar.

Nesta introdução, delimita-se que a inclusão escolar é um horizonte que se abre a partir do conhecimento mútuo e do respeito às trajetórias individuais, visando sempre o empoderamento do sujeito. De acordo com a coleção Janela do Saber, organizada por Lopes e Guebert (2023), a inclusão não é um destino estático, mas uma jornada contínua de adaptação, acessibilidade comunicacional e acolhimento. O presente artigo propõe, então, analisar como essa jornada pode ser potencializada por meio do fortalecimento do vínculo interinstitucional entre os profissionais da educação e os núcleos familiares.

Este trabalho justifica-se pela urgência de repensar a educação inclusiva sob a ótica da alteridade e da cooperação institucional movida pela justiça social. Entender o papel da família é o primeiro passo para garantir que o estudante com deficiência não seja apenas integrado fisicamente, mas também verdadeiramente incluído em todas as dimensões da vida em sociedade. Ao longo das próximas seções, exploraremos os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam essa visão, buscando oferecer subsídios para uma prática pedagógica mais vocacionada, pautada no paradigma da inclusão plena e eficiente.

2. A Mediação Pedagógica e a Identidade do Estudante

A aprendizagem de estudantes com deficiência, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular, depende de uma mediação pedagógica qualificada, pautada na ética do cuidado e nos princípios da LBI. Cabanêz *et al.* (2025) destacam que o professor de apoio exerce um papel primordial nesse processo, servindo como a ponte necessária entre o mundo dos conceitos e o universo do aluno por meio de ajustes razoáveis. Todavia, essa mediação ganha robustez quando encontra eco nas práticas familiares, criando um contínuo de aprendizagem que atravessa os

muros da instituição de ensino, fortalecendo a aliança terapêutico-pedagógica e a corresponsabilidade educativa.

Essa perspectiva remete diretamente aos fundamentos da defectologia propostos por Vigotski (2022), para quem a deficiência deve ser compreendida em suas dimensões sociais e compensatórias, nunca como um fim em si mesma. O autor argumenta que o desenvolvimento do indivíduo é fruto de interações culturais intensas; logo, o diálogo entre escola e família é o que permite superar as barreiras biológicas e atitudinais. A mediação simbólica, portanto, ocorre na zona de desenvolvimento proximal, onde o suporte da família atua como alicerce emocional e socioemocional indispensável às novas conquistas cognitivas.

A identidade do estudante com deficiência é construída a partir do olhar que a sociedade e a escola lançam sobre suas potencialidades, e não sobre suas limitações, respeitando a singularidade do sujeito e a diversidade humana. Quando a instituição valoriza o papel do professor de apoio e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sinaliza à família que o aluno é um sujeito pleno de direitos e possibilidades, conforme Araújo e Silva (2025). Essa validação institucional é fundamental para que os responsáveis sintam segurança e passem a investir com resiliência na educação dos filhos, contribuindo ativamente para cada etapa do progresso educacional.

A educação inclusiva e o papel do professor na mediação pedagógica envolvem desafios constantes que exigem sensibilidade e uma gestão escolar democrática e participativa. Lima *et al.* (2025) ressaltam que a formação docente deve ser contínua e focada na capacidade de traduzir o currículo comum às necessidades específicas, utilizando tecnologias assistivas quando necessário, para garantir a igualdade de oportunidades. A família, por sua vez, atua como um laboratório de informações preciosas, fornecendo dados sobre interesses e rotinas que facilitam a flexibilização pedagógica e o planejamento de aulas que realmente tocam o estudante.

O desafio de não deixar ninguém para trás, como proposto por Garcez e Ikeda (2024), exige que a escola seja um espaço de escuta ativa das angústias dos familiares e da superação de estigmas sociais. Muitas vezes, a família chega à instituição carregando o peso de uma rede de proteção social falha, cabendo à educação ser o ponto de acolhida e de esperança renovada sob o paradigma da inclusão plena. A mediação escolar, portanto, transborda o conteúdo didático e atinge a dimensão do cuidado humano, onde o aprendizado floresce por meio do vínculo, da alteridade e da comunicação dialógica.

As práticas de inclusão devem ser pautadas por princípios de equidade, oferecendo o suporte necessário para que cada estudante brilhe em seu próprio ritmo e alcance a autonomia e independência, como defende Lopes (2025). Isso implica que o professor regente e o mediador trabalhem em harmonia com as orientações terapêuticas e com os saberes familiares que o aluno já

recebe externamente. A fragmentação dessas orientações prejudica o desenvolvimento ontogenético, enquanto a união desses saberes cria uma rede de apoio que favorece a estabilidade emocional e o foco acadêmico necessários ao êxito.

Nesse processo, a mediação da aprendizagem torna-se um exercício diário de observação atenta e de ajuste fino das intervenções previstas no Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), conforme o Boletim de Conjuntura (Boca, 2026). O docente deve ser capaz de identificar as vitórias silenciosas e comunicá-las à família, fortalecendo o engajamento familiar e o orgulho dos responsáveis pelo processo educativo. Quando os pais percebem que seus filhos são vistos com dignidade e amparados com afeto, a parceria torna-se uma força inabalável que promove a justiça social e a quebra de paradigmas.

Em suma, a identidade do estudante inclusivo não pode ser definida por um código clínico ou diagnóstico, mas sim pelas relações de afeto e mediação que o rodeiam e o protegem na sociedade civil. A escola e a família são os pilares sobre os quais se constrói a cidadania e a emancipação social desses sujeitos, conforme os princípios de Lopes e Guebert (2023). Ao final desta seção, compreende-se que a mediação pedagógica é, antes de tudo, uma prática de entrega e de responsabilidade social que exige a presença vibrante e a plena participação da família no cenário educativo.

3. Aspectos Metodológicos da Pesquisa

Este estudo adota uma metodologia qualitativa, com foco central na análise bibliográfica sistemática e crítica, para investigar as nuances da relação família-escola sob a égide da LBI. A abordagem qualitativa é escolhida por seu caráter interpretativo, permitindo uma compreensão profunda dos fenômenos educacionais e das barreiras atitudinais que não podem ser reduzidas a números. Segundo Paiva (2019), a pesquisa bibliográfica consiste na identificação, seleção e análise de fontes relevantes que discutem o tema sob diferentes e ricas perspectivas teóricas, visando à igualdade de oportunidades.

O processo de seleção das fontes priorizou a produção científica recente, compreendida no período de 2021 a 2026, garantindo a atualidade do debate sobre inclusão plena e direitos humanos. Foram utilizadas bases de dados conceituadas e periódicos de alta relevância acadêmica, com o objetivo de localizar obras que tratam do papel do mediador, das políticas de educação especial e da formação docente sensível e vocacionada. A integração de autores clássicos, como Vigotski (2022), fundamenta historicamente as discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento humano, o desenvolvimento ontogenético e a mediação sociocultural necessária ao êxito escolar.

A análise das fontes foi realizada por meio de uma leitura exploratória, seguida de uma análise temática que buscou identificar convergências e diálogos entre os autores consultados sobre o paradigma da inclusão. O foco recaiu sobre a identificação de conceitos-chave como mediação pedagógica, parceria família-escola e o papel social da escola na construção de uma cultura de paz, conforme Borba, Sales e Silva (2022). O método permitiu situar o problema da inclusão não como um evento isolado, mas como parte de uma estrutura social e histórica complexa que exige mudanças metodológicas profundas, segundo Santana *et al.* (2025).

A natureza qualitativa da pesquisa permitiu ir além de uma simples revisão da literatura, buscando a essência dos textos e sua aplicação prática no cotidiano escolar e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo Larsen e Lony (1991 apud Santos, 1999), a pesquisa qualitativa é marcada pela observação de dados reais, válidos e profundos, que aqui se manifestam na voz dos autores e em seus estudos de caso apaixonantes sobre a dignidade da pessoa humana. A sistematização das referências buscou estabelecer um fio condutor que unisse a teoria à realidade vivida por famílias e professores no desafiador processo de corresponsabilidade educativa.

O critério de inclusão das referências pautou-se na relevância temática e na autoridade dos autores no campo da educação especial e inclusiva, priorizando uma visão humanizada e pautada na ética do cuidado. Obras que discutem o Transtorno do Espectro Autista no ensino regular, como as de Cabanêz *et al.* (2025), foram fundamentais para compreender a especificidade da mediação pedagógica e do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI). Complementarmente, estudos sobre as relações interpessoais, como o de Ferrari (2021), forneceram a base empírica necessária para discutir a grande importância dos vínculos afetivos e do suporte socioemocional para o sucesso da inclusão.

A investigação também se debruçou sobre os aspectos legais e históricos, consultando obras que discutem as interfaces entre a educação comum e a especial em diferentes períodos políticos do Brasil, conforme Lima e Vilela (2025). Essa contextualização é essencial para entender por que certas barreiras pedagógicas ainda persistem e como o ordenamento jurídico pátrio pode ser utilizado para assegurar o direito à educação plena e feliz. O estudo buscou, assim, uma visão holística que integra a força da lei, a beleza da teoria e a prática cotidiana das instituições de ensino sob o viés da justiça social.

A escolha por uma metodologia bibliográfica justifica-se pela necessidade de organizar o vasto conhecimento produzido nos últimos cinco anos, oferecendo ao leitor uma síntese crítica, sensível e propositiva sobre o engajamento familiar. A pesquisa não se limitou a coletar referências, mas também envolveu uma investigação aprofundada das ideias e descobertas apresentadas por pesquisadores dedicados, como Sakamoto e Silveira (2014). O resultado é um texto que dialoga com

a literatura atual, oferecendo novos e esperançosos olhares sobre o papel da família, o protagonismo do sujeito e a importância da rede de apoio escolar.

Os procedimentos metodológicos garantiram o rigor científico necessário para uma publicação de alto nível, mantendo a ética e a fidelidade aos pensamentos originais dos autores citados em sua singularidade. A integração das fontes foi feita de forma orgânica e fluida, evitando citações isoladas e priorizando a construção de um pensamento dialógico, sincero e acadêmico sobre a emancipação social. Este arcabouço metodológico sustenta as considerações finais deste artigo, permitindo inferências seguras e bem fundamentadas sobre a importância do amor, da parceria entre a escola e a família e do paradigma da inclusão.

Considerações Finais

Diante das reflexões apresentadas ao longo deste estudo, evidencia-se que o papel da família no processo de inclusão escolar desempenha um papel central na garantia do direito à felicidade e ao aprendizado pleno. A inclusão não se resume à matrícula do estudante, mas à construção de uma rede de apoio que envolva a mediação qualificada e o suporte afetivo incondicional de todos os atores. O sucesso acadêmico de estudantes com deficiência é, portanto, diretamente proporcional à qualidade da comunicação dialógica estabelecida entre o professor de apoio, a gestão escolar e os responsáveis.

A importância dessa parceria reside na capacidade de criar um ambiente de segurança, paz e previsibilidade para o estudante, elementos cruciais para o desenvolvimento ontogenético em diversos contextos de deficiência. Quando a escola acolhe a família, ela colhe saberes familiares e informações valiosas que otimizam o tempo pedagógico e evitam a exclusão intraescolar ou o isolamento emocional em sala de aula. A mediação escolar torna-se, então, uma extensão do cuidado e da proteção, conferindo sentido e propósito humanos às atividades desenvolvidas no cotidiano das instituições de ensino.

Conforme evidenciado pela análise da literatura e pelos marcos do ordenamento jurídico pátrio, a formação docente deve estar aliada à escuta ativa das necessidades familiares para que a inclusão seja efetiva. As transformações imperativas exigidas para o século XXI passam necessariamente pela democratização do saber e pela partilha da corresponsabilidade educativa entre os atores envolvidos. A escola precisa abandonar a postura de detentora exclusiva do conhecimento para se tornar uma parceira estratégica das famílias na construção da autonomia e da independência do sujeito.

O desafio de não deixar ninguém para trás exige uma vigilância constante das práticas pedagógicas e a superação de barreiras atitudinais que ainda persistem no tecido social. As relações

interpessoais e a cultura de paz são os alicerces que sustentam o paradigma da inclusão plena, transformando a escola em um território de acolhimento e emancipação social. A família, nesse contexto, é o elo que humaniza o processo técnico e confere rosto, história e alma aos planos de desenvolvimento individualizados elaborados pela equipe escolar.

A fundamentação teórica clássica sobre a defectologia e a compensação social do desenvolvimento continua sendo um guia luminoso para as práticas de mediação contemporâneas e sensíveis no ensino regular. Ao focar no que o aluno pode realizar com ajuda e afeto, a escola e a família trabalham juntas na zona de desenvolvimento proximal, expandindo as fronteiras da aprendizagem e da cidadania possíveis. Essa união de esforços é o que garante que a inclusão escolar não seja apenas um conceito teórico distante, mas uma realidade vivida, sentida e celebrada por toda a comunidade.

Conclui-se que o valor da inclusão reside na diversidade e na capacidade de adaptação do sistema educativo às necessidades humanas e aos ajustes razoáveis, sendo a família peça-chave. A inclusão escolar contribui significativamente para o fortalecimento da justiça social, ao oferecer uma compreensão da educação como um sistema de relações diferenciais, afetivas e éticas. Reforçar o vínculo família-escola é, em última análise, fortalecer a própria democracia e os valores de dignidade que regem a sociedade e as políticas educacionais vigentes.

As limitações deste estudo apontam para a necessidade de pesquisas empíricas futuras que ouçam diretamente os familiares de estudantes com deficiência sobre suas percepções e o impacto do suporte socioemocional. É fundamental que as vozes desses sujeitos sejam integradas às políticas públicas de formação docente e de gestão escolar, garantindo que suas demandas sejam atendidas de forma assertiva e carinhosa. A educação inclusiva é um projeto em constante construção histórica, e a família deve ser sempre convidada a ocupar o seu lugar de protagonismo e parceria nesse diálogo.

Posto isso, enfatiza-se que a parceria escola-família oferece as bases teóricas e práticas para a análise da educação como um fenômeno estruturado, sistemático e profundamente vocacionado para a vida. Que este artigo sirva como um convite para que educadores e gestores vejam as famílias não como um obstáculo burocrático, mas como a maior força aliada no processo de inclusão plena. Somente por meio de uma visão sensível e de um compromisso ético compartilhado, poder-se-á construir uma escola que seja, de fato, um lugar de pertencimento para todos e para cada um.

Referências



Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 13/03/2026** | **aceito: 18/03/2026** | **publicação: 13/04/2026**

ARAÚJO, O. da S.; SILVA, A. J. da. O papel do professor de apoio/mediador no processo de inclusão educacional. **RECIMA21**, v. 6, n. 7, p. 1–15, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6540>

BORBA, M. C.; SALES, T. da S.; SILVA, G. da. O papel social da escola na construção da cultura de paz. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 4, p. e48677, 2022. DOI: 10.47149/pemo.v4.e48677. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8677>.

CABANÊZ, P. A. *et al.* O papel do professor de apoio na aprendizagem de estudantes com tea no ensino regular. **ARACÊ**, v. 7, n. 12, p. e11346, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n12-263>

FERRARI, Márcia Maria. **As Relações Interpessoais no processo de inclusão de crianças com deficiência no primeiro ano do Ensino Fundamental: um estudo de caso**. UFES, 2021. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_15407_Dissera%E7%E3o%20oficial%20de%20M%E1rcia%20Maria%20Ferrari.pdf.

GARCEZ, Liliane; IKEDA, Gabriela. **Educação inclusiva de bolso: O desafio de não deixar ninguém para trás**. ed 1. Arco 43, 2024.

LIMA, A. O.; DAMASCO, C. A. R.; SILVA, D. M. da; RODRIGUES, J. A educação inclusiva e o papel do professor na mediação pedagógica: formação e desafios. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 12, n. 3, p. 108-128, 2025.

LIMA, L. R. C.; VILELA, M. A. A. S. Interfaces da educação comum e da educação especial durante o regime militar dos anos de 1970. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, vol. 61, 2025. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/index.

LOPES, Pedro Borba. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PRÁTICAS**. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 2797–2800, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.18025.

LOPES, Karoline Mayra; GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Coleção Janela do Saber Inclusão Escolar**. Curitiba: PUCPRESS, 2023.

O papel do professor na mediação da aprendizagem de estudantes com deficiência. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 25, n. 74, p. e8116, 2026. DOI: 10.56238/bocav25n74-032. Disponível em: <https://revistaboletimconjuntura.com.br/boca/article/view/8116>.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.



Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 13/03/2026** | **aceito: 18/03/2026** | **publicação: 13/04/2026**

SAKAMOTO, Cleusa Kazue; SILVEIRA, Isabel Orestes. **Como fazer projetos de iniciação científica**. São Paulo: Paulus, 2014.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n1-255>.

SANTOS, M. F. O. **As relações de poder: Análise do Discurso**. Curitiba: HD Livros, 1999.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Completas: Tomo Cinco: Fundamentos de Defectología**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.

VIUDES, Mateus Martins. **Educação Especial e Inclusiva: Um Material Didático**. Formiga (MG): Forma Educacional, 2024.